

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46

MINUTA

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEIVAP, REALIZADA EM 17
DE DEZEMBRO DE 2004, EM MURIAÉ – MG.**

Aos 17 (dezesete) dias do mês de dezembro de 2004, o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, realizou a sua 4ª Reunião Extraordinária do ano de 2004, na cidade de Muriaé - MG, nas dependências do Teatro Zaccarias Marques. O Presidente do CEIVAP, Eduardo Meohas, deu início aos trabalhos às 09:00 horas, informando que o quorum regulamentar para início da reunião estava assegurado, pois assim constatara pela Lista de Presença (ANEXO1). Convidou a integrar a mesa as seguintes autoridades: Sr. José Braz (Prefeito Eleito de Muriaé); o Sr. Luiz de Gonzaga Santos (Prefeito de Paraibuna); Sr. Jair de Abreu (Atual Vice-Prefeito de Muriaé); Sr. Rui Brasil Assis (Representante do Governo do Estado de São Paulo); Sra. Heloíse Brant (Representando o Governo de Minas Gerais); Sr. Wilde Cardoso Gontijo (Representando a ANA); Sr. Gilson (Prefeito de Cardoso Moreira); Sra. Juliana Koeppel (Secretária Executiva em Exercício do CEIVAP); Sr. Clovis Francisco Nascimento Filho (Diretor de Águas e Esgoto da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental); formada a mesa, o Sr. Eduardo Meohas, agradeceu a presença de todos, após as apresentações e saudações o Sr. Eduardo Meohas franqueou a palavra aos integrantes da mesa, que fizeram alocações sobre o evento que ora se instalava, e sua importância para a gestão de recursos hídricos do Brasil. Retomando a condução dos trabalhos, fazendo uso da palavra o Presidente Meohas fez uma leitura da pauta que consta da ordem do dia, com os seguintes itens: 1 – Abertura; 2- Informes da Secretaria Executiva do CEIVAP; 3- Informes dos Membros do Comitê para a Plenária sobre assuntos relevantes de interesse do CEIVAP; 4- Apresentação sobre Educação Ambiental; 5 – Apresentação sobre a Política Nacional de Saneamento Ambiental; 6- Assinatura do Termo de Cooperação entre CEIVAP, AGEVAP e CBH-PS; 7- Apreciação do Manual de Investimento 2005/2006 – Primeira Etapa; 8- Apreciação da Proposta Orçamentária Anual da AGEVAP para o exercício de 2005; 9- Apreciação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão celebrado pela AGEVAP com a ANA; 10- Situação Atual da cobrança nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; 11- Proposta de Deliberação referente à revisão do Regimento Interno do CEIVAP; 12- Proposta de Deliberação sobre o parcelamento de débitos consolidados com a cobrança; 13 – Assuntos Gerais. Em seguida deu início aos trabalhos, passando a palavra a Sra. Juliana Koeppel, fazendo uso de suas atribuições, deu os informes aos Membros da Plenária, e, franqueou a palavra ao Sr. José Leomax (Diretor da AGEVAP) que fazendo uso da palavra, fez alguns informes de importância para a Plenária, citando a reabertura do Ato Convocatório 001 (Contratação do Projeto Executivo das Obras de Saneamento de Barra Mansa) para o dia 20 de janeiro de 2005, por não ter atendido o número mínimo (três) de participantes; informou também do encaminhamento feito a Caixa Econômica Federal dos Critérios Operacionais para aplicação dos recursos de investimentos, junto com a relação dos projetos executivos a serem executados como o de Muriaé (MG), Ubá (MG) e de Cachoeira Paulista (SP); informou aos Prefeitos eleitos, que tenham interesse em se associar a AGEVAP, se faz necessário através de Lei Municipal, desde que, sejam Membros do CEIVAP; informou sobre os procedimentos que antecederam a aprovação do Edital de Concurso para a

47 AGEVAP, uma vez que houve a necessidade da avaliação do Edital pelo Jurídico da
48 ANA, onde ocorreram pequenas alterações sem comprometimento de conteúdo, mas que,
49 independente de não ter sido disponibilizado em tempo hábil para avaliação do CEIVAP,
50 se fazia necessário sua aprovação naquele momento, justificando ter recebido o Edital da
51 ANA, um dia antes daquela reunião, e, por fim, apresentou e entregou aos Membros do
52 CEIVAP, uma fixa de avaliação, que trata da satisfação do CEIVAP, que avalia o
53 desempenho da AGEVAP e sua relação com CEIVAP, e, informou que, esta avaliação é
54 em atendimento a um dos itens do Contrato de Gestão, e, que em breve, esta avaliação se
55 dará via Internet, através do “site” do CEIVAP, concluiu; retomando os trabalhos, o Sr.
56 Eduardo Meohas, em atendimento ao item 10 da pauta, Situação Atual da cobrança nos
57 Estados, franqueou a palavra a Sra. Leila (representante do Estado do Rio de Janeiro -
58 CEDAE), que fazendo uso da palavra informou sobre a cobrança na Bacia do Guandu
59 pela SERLA, com base na Lei 4247/2003, Lei esta que regulariza a cobrança no Estado,
60 falou da dificuldade que a CEDAE vem enfrentando para se regularizar perante a
61 cobrança, uma vez que, a Lei foi aprovada em dezembro de 2003, e implementada em
62 fevereiro de 2004, fato que impediu a previsão no orçamento da CEDAE (45
63 milhões/ano), impossibilitado desta atendimento, o Comitê Guandu, apresentou uma
64 proposta transitória de critérios de cobrança do uso da água até que o Plano de Bacias
65 esteja concluído, tentando que essa cobrança fosse um valor mais factível de ser pago.
66 Informou que uma proposta desenvolvida pelo GT apresentado as Câmaras Técnicas, foi
67 aprovada, lembrando que foi utilizado a mesma metodologia aplicada pelo CEIVAP, não
68 se cobrando nesse período de transição a cobrança por Transposição, e, considerar a
69 transposição toda a captação que é feita na bacia e o lançamento feito em outra bacia
70 hidrográfica, efeito este que amenizaria para a CEDAE, em quase 50% o valor a ser pago
71 neste período de transição, esclareceu que esta proposta do Comitê mantém os 15% do
72 Guandu para o Paraíba do Sul, e, estaria sendo encaminhada para ser homologada pelo
73 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, concluiu a Sra. Leila; em seguida o Sr. Eduardo
74 Meohas franqueou a palavra a Sra. Maria Aparecida Vargas, que passou a dar seu
75 informe sobre a proposta de Deliberação que contemplaria o parcelamento de débitos
76 consolidados com a cobrança, como coordenadora indicada deste GT, identificou naquele
77 momento um grande número de Prefeituras inadimplentes, e, considerando a transição
78 municipal, entendeu-se que em respeito aos Prefeitos eleitos, não seria este o momento
79 ideal de se discutir o parcelamento, e sim aguardar, para que esses Prefeitos eleitos, já nas
80 suas funções, possam de comum acordo com o GT, encontrar uma proposta de
81 encaminhamento que não comprometa o orçamento destes municípios, Maria Aparecida
82 informou também que obteve junto a ANA uma garantia de que não haveria nenhuma
83 punição a estes, até que esta situação venha ser resolvida, lembrando que esta, estava
84 condicionada a realização da reunião do GT até o final de janeiro de 2005, continuando,
85 Maria Aparecida deu destaque a mobilização da Bacia do Pomba Muriaé, uma vez que,
86 do total arrecadado pela cobrança, 50% deste valor estaria sendo aplicado nesta Bacia;
87 pela ordem dos inscritos, passa a fazer uso da palavra o Sr. Wilde Gontijo (representando
88 a ANA), que passou dar os informes sobre a arrecadação referente a cobrança,
89 informando que os dados se encontravam no site da ANA, e que quase na sua totalidade
90 (R\$ 6.605.573,00), já foram repassados á AGEVAP, lembrando que estes valores
91 continuavam a representar os 29% de inadimplência, o Sr. Wilde, já em sua fala lembra
92 que até aquele momento, tinha a informação que, infelizmente, aqueles inadimplentes que

93 receberam a notificação da ANA, e não se manifestaram, estariam sendo incluídos no
94 CADIN, a partir de primeiro de janeiro de 2005; informou também que, naquele
95 momento, estava sendo colocado para apreciação do CEIVAP o segundo Termo Aditivo
96 do Contrato de Gestão, que garante os recursos para 2005 e a transferência de bens
97 imóveis para equipar seu escritório; retomando a condução dos trabalhos, o Sr. Eduardo
98 Meohas deu um informe, esclarecendo que em contato com o Gerente de Meio Ambiente
99 do BNDES, o mesmo informou que obteve do Presidente daquela instituição a garantia
100 da manutenção do PRODESPAR, e, que em março de 2005, uma reunião deverá
101 acontecer na sede do BNDES, com a presença dos representantes dos Municípios,
102 oportunidade que será apresentado com todo nível de detalhamento o programa
103 PRODESPAR; pela ordem de inscrição passa a palavra a Sra. Andréa Francomano
104 (OAB- São José dos Campos) que fazendo uso da palavra apresentou o projeto de
105 Educação Ambiental, proposto para ser aplicado na Bacia, intitulado “ Conhecer,
106 Mobilizar e Organizar a Sociedade Civil da Bacia do Rio Paraíba do Sul, uma
107 Contribuição a Legitimidade do Processo de Gestão”, lembrando que este estaria ainda
108 sujeito a aprovação na Câmara Técnica, e, que o objetivo geral da proposta é sensibilizar
109 o segmento da importância da presença das Organizações Cívicas na construção da Gestão
110 da Bacia do Rio Paraíba do Sul; neste momento foi franqueada a palavra ao Sr. Silvino
111 Streva (AMPAS), que fazendo uso da palavra informou aos Membros, que a AMPAS,
112 formulou 09 (nove) projetos pilotos sobre Recuperação Ambiental, e, aproveitando a
113 experiência adotada pelo Município de Volta Redonda (RJ), chamado “Projeto Rede de
114 Água” e, estão estendendo este projeto a todos os Municípios que fazem parte desta
115 Associação (AMPAS), passou a palavra a Sra. Leticia, que fez a apresentação do projeto,
116 destacando que o mesmo tem a proposta de Mobilizar a população de um modo geral,
117 que se dará através da rede Escolar, e através do conhecimento local, propiciar uma
118 Gestão de Bacias; retomando a condução dos trabalhos o Sr. Eduardo Meohas, passa a
119 palavra ao Sr. Clovis Francisco Nascimento Filho (Diretor de Águas e Esgoto da
120 Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental) que fazendo uso da palavra informou
121 sobre as ações e as previsões na Política Nacional de Saneamento, deu alguns enfoques
122 importantes sobre o saneamento no Brasil, informou sobre o abastecimento de água e
123 esgotamento, que 70 % dos municípios são atendidos por Companhias Estaduais, e, que
124 os restantes 20 % dos municípios atendidos por empresas Municipais, e as demais
125 atendidas pelas empresas Privadas; com relação aos resíduos sólidos, informou que em
126 quase sua totalidade (90 %) atendidas pelas Prefeituras; após uma rápida análise da
127 situação difícil encontrada na Política de Saneamento, foi necessário articular um grupo
128 interministerial, para que pudessem dar um formato governamental ao problema do
129 Saneamento no Brasil, houve uma ação de revitalização das empresas Públicas Estadual
130 ou Municipal, informou também das ações de Institucionalização da Política Nacional de
131 Saneamento Ambiental com participação e controle social; deu destaque ao
132 financiamento dos Operadores Públicos, visto ai a grande retomada dos investimentos do
133 setor de saneamento, falou da interlocução entre Estados e Municípios; das maximizarão
134 das emendas Parlamentares; fortalecimento da capacidade de planejamento de gestão dos
135 órgãos de setor, na busca de novos e elevados padrões de qualidade na prestação de
136 serviços; convênios de cooperação técnica; para encerrar destacou que o Ministério das
137 Cidades busca o princípio da Universalidade onde todos tem o direito a água potável e a
138 viver em ambiente salubre por razões éticas e da própria saúde pública; o princípio da

139 Integralidade, onde é necessário assegurar todo conjunto de ações que possam garantir o
140 ambiente saudável; o princípio da Equidade onde o acesso ao saneamento deve assegurar
141 em condições de igualdade e justiça para todos que vivem em território Brasileiro;
142 retomando a condução dos trabalhos o Sr. Eduardo Meohas, passou a palavra ao Sr.
143 Wilde, propôs que este plano de investimento elaborado pelo Ministério das Cidades
144 incorporasse o já desenvolvido Plano de Investimento das Bacias do Rio Paraíba do sul,
145 evitando com isso a priorização desencontrada das Políticas Públicas, em seguida fazendo
146 uso da palavra ao Sr. Paulo Valverde (CESAMA), propôs a interação de mecanismos e
147 metodologias comuns de propostas com o Ministério das Cidades que traduzem em
148 outros recursos que aporte na Bacia; pela ordem das inscrições, fez uso da palavra a Sra.
149 Patrícia Boson, que deu ênfase as questões citadas sobre as Políticas Públicas, propondo
150 que este conceito seja de tal forma, incorporadas no PL, como a Política Pública
151 Integrada por Bacia Hidrográfica, lembrando que esta palavra “bacia hidrográfica” não
152 aparece, destacou também que Comitê de Bacia não é controle social, e sim um ente de
153 Estado, que foi instituído para formular Política de Recursos Hídricos no local de sua
154 abrangência, justificando que o Comitê tem o controle social na medida que a sociedade
155 se integre, mas ele não é o fórum do controle social, sendo ele um fórum de formulação
156 de Política, finalizando a Sra. Patrícia propõe que esta transparência fosse incorporada
157 aos outros Ministérios e a todas as Políticas de Governo, lembrando que no CNRH, 50%
158 mais um dos representantes do Governo naquele Conselho, votaram que a transposição
159 do São Francisco não precisava passar por Câmaras Técnicas e nem pelo próprio Comitê
160 do São Francisco, mostrando uma total falta de transparência neste processo; pela ordem
161 dos inscritos, fez uso da palavra o Sr. Benedito Jorge dos Reis (Presidente do CBH-PS),
162 questionou, sobre a proposta enviada pelo Município de Aparecida (SP) para obtenção de
163 recursos junto ao Programa Metropolitano do Ministério das Cidades, para obra de sua
164 ETE, não foi contemplada, mesmo atendendo todas as exigências, indignado, falou que
165 no seu entender, os critérios de avaliação adotados pelo Ministério não convenceram o
166 Comitê; fazendo uso da palavra o Sr. Jander Duarte (COPPETEC), solicita informação de
167 qual será a agenda para que esta Política seja plenamente aprovada e implantada e, quais
168 as dificuldades para superá-la? Em resposta a essa questão o Sr. Clovis Nascimento Filho
169 respondeu que, foram feitos onze seminários regionais para apresentação do PL, e que o
170 estágio atual esta na sistematização das contribuições com valor agregado, o que
171 acarretaria no fechamento da proposta final para encaminhamento á Casa Civil, e, em
172 seguida para o Congresso para apreciação e aprovação; fazendo uso da palavra o Sr.
173 Eduardo Meohas, destacou o conflito existente sobretudo em área metropolitana, onde a
174 Companhia Estadual em especial o Estado do Rio de Janeiro, onde esta tem incapacidade
175 de investimento, e, com isso não consegue uma solução conciliatória para que o
176 município possa promover em particular o investimento na questão do esgoto, ou seja
177 municípios que tem condições de captar recursos para fazer investimento em rede
178 coletora para tratamento de esgoto, mas estão incapacitados, porque a gestão é dos órgãos
179 de estado, e, propõe que seja criado algo que possa regular esta relação entre Município e
180 Estado; e, continuou dizendo que, fez uma constatação onde, rigorosamente existiria um
181 grande conflito inclusive com outra Lei, não se contemplar na priorização que define
182 claramente que a prioridade política de investimento é dada pelos Comitês de Bacias, não
183 for reconhecido, e, dado ao Comitê a condição de interferir na priorização do Ministério
184 das Cidades, e, concluiu dizendo que todas as intervenções feitas até o momento, era bem

185 claro, para que não seja esses entendimentos explicitados na Lei, e, sendo assim propõe a
186 criação de um grupo de trabalho para que seja formulado um texto a ser encaminhado
187 pelo CEIVAP, grupo este formado pelos Srs. Jander Duarte (RJ), Patricia Boson (MG) e
188 Rui Brasil (SP); em atendimento a pauta da reunião, o Sr. Eduardo Meohas coloca para
189 todos os Membros da Plenária para aprovação o Termo de Cooperação a ser celebrado
190 entre o Comitê de Bacias Hidrográfica do Paraíba do Sul – CBH-PS e a Associação Pró-
191 Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que foi
192 aprovado por todos; com a palavra o Sr. Eduardo Meohas, informa que, por
193 entendimentos da Câmara Técnica, o item 12- Proposta de Deliberação sobre o
194 parcelamento de débitos consolidados com a cobrança, estaria sendo retirado da
195 discussão da ordem do dia, por entenderem que seria uma questão a ser discutida após a
196 posse dos novos prefeitos em janeiro de 2005; e, antecipando a ordem de pauta,
197 franqueou a palavra ao Sr. Rui Brasil, conforme previsto no item 10- Situação Atual da
198 cobrança nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que passou a dar seu
199 informe sobre a situação da cobrança no Estado de São Paulo, lembrou a todos que, a
200 cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo é uma previsão Constitucional (1989),
201 que passou por um estabelecimento de critérios através da Lei 7663/91, onde se
202 considerava o volume captado, consumo e diluição da carga lançada, e, continuou, que
203 por ocasião do segundo Plano Estadual de Recursos Hídricos (94/95), constou que a
204 cobrança seria estabelecida por uma Lei, assim, uma Lei Estadual definiu que a cobrança,
205 deveria ser por Lei e não por Decreto Regulamentar, após varias discussões na
206 Assembléia Legislativa do Estado, um segundo Projeto de Lei, foi encaminhado (2000)
207 para Assembléia, onde se encontra, e não foi aprovado por questões políticas, e que o
208 Governo tem feito através da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos grandes
209 intervenções junto aos Deputados e Lideres, e que se espera é seja votada em 2005; com a
210 palavra a Sra. Patrícia Boson, propõe que o CEIVAP, encaminhe um ofício aos
211 Deputados da região que representa os Municípios da bacia, para que eles utilizem da
212 prerrogativa de Deputados, em acelerar esta discussão naquela casa de Lei; em seguida,
213 foi franqueada a palavra ao Sr. Paulo Teodoro (representante do Governo de Minas
214 Gerais) que de seu relato sobre a situação da cobrança no seu Estado, e destacou que o
215 Decreto já deveria ter assinado se não fosse alguns desacertos com a Agencia de
216 Desenvolvimento de Minas Gerais, mas que estes seriam acertados em curto espaço de
217 tempo, e, já estaria acertado também a data para a assinatura do Decreto pelo Governador
218 no dia 22 de março de 2005 (dia mundial da água), assim que aprovada pelo Conselho
219 Estadual de Recursos Hídricos. A reunião foi interrompida às 10:40 horas para que fosse
220 realizada a Assembléia Geral da AGEVAP, e decidido que seria reaberta após o intervalo
221 para o almoço. Às 14:00 horas, os trabalhos foram retomados pelo Sr. Eduardo Meohas,
222 que colocou em votação a proposta da minuta do Processo Seletivo da AGEVAP, a qual
223 foi aprovada por unanimidade; em seguida obedecendo a pauta da reunião, colocou em
224 votação para os Membros da Plenária o item 7- Apreciação do Manual de Investimento
225 2005/2006 – Primeira Etapa, o item 8- Apreciação da Proposta Orçamentária Anual da
226 AGEVAP para o exercício de 2005 e o item 9- Apreciação do Segundo Termo Aditivo ao
227 Contrato de Gestão celebrado pela AGEVAP com a ANA, que foram aprovados; passou
228 então ao item 11- Proposta de Deliberação referente à revisão do Regimento Interno do
229 CEIVAP, e pela ordem de inscrição, foi franqueada a palavra ao Sr. Luis de Gonzaga
230 (Prefeito de Paraibuna), propõe mudança na redação no Art.9 do Regimento Interno, de

231 tal forma que o Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP venha ser o
232 Secretário Executivo do CEIVAP, ou que venha indica-lo, sem comprometer a eleição do
233 CEIVAP; com a palavra o Sr. Rui Brasil, propõe um encaminhamento de proposta para o
234 Art. 9, onde como destaque, no inciso I do Art. 2, a retirada no texto onde se destaca a
235 Política do setor privado e dar destaque somente as questões de Políticas Públicas, uma
236 vez que o CEIVAP esta focado nas questões de Política Nacional e no Plano de Bacia,
237 também contribuiu com algumas considerações em outros artigos, e, no Art. 9 propõe que
238 seja criado uma Diretoria com 01 (um) Presidente e 02 (dois) Vice-Presidente; fazendo
239 uso da palavra o Sr. Wilde Gontijo, propôs no artigo 5º, inciso I, que define a composição
240 de representação dos Membros da União, seja atribuído ao Ministério do Meio Ambiente,
241 e, que a este caberia indicar seu interlocutor no âmbito do Governo Federal; e, completou
242 dizendo que no seu entender, o Ministério do Meio Ambiente não poderia de forma
243 alguma deixar de participar do Comitê, pois o Ministério do Meio Ambiente, não só tem
244 o direito, como a obrigação de participar; fazendo uso da palavra o Sr. Edílson de Paula
245 Andrade (DAEE), apoiou a proposta do Sr. Rui Brasil, onde, havendo faltas dos
246 representantes destas instituições nas reuniões, seja preservado a instituição e que seja
247 feita a substituição do representante, uma vez que, não é de interesse do Comitê, não
248 contar com a participação deste Ministério ou Secretaria de Estado; após as devidas
249 considerações de todos, o Sr. Eduardo Meohas retomou a condução dos trabalhos, e
250 passou a palavra para a Sra. Juliana Koeppel que apresentou, com a aprovação de todos o
251 texto de consenso no artigo 5º, parágrafo II, onde caberá ao Ministério do Meio
252 Ambiente formalizar e indicar os representantes da União no Comitê, no caso de
253 ausências destes membros em reuniões do Comitê, o Ministério será comunicado para
254 substituir o representante; vencido esta etapa de pauta, o Sr. Eduardo Meohas passa ao
255 ultimo item de pauta 13 – Assuntos Gerais, fazendo uso da palavra a Sra. Patrício Bóson,
256 informou sobre a discussão da Transposição do São Francisco, que a ultima reunião do
257 Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi cancelada por uma liminar da justiça
258 alegando a incompetência do CNRH para Deliberar sobre esta assunto uma vez que o
259 mesmo não passou pelas Câmaras Técnicas; pela ordem de inscrição foi franqueada a
260 palavra a Sra. Andréa Francomano que apresentou uma Moção recebida pela Sociedade
261 Civil do Trecho Paulista, onde em seu teor, trata de uma denuncia da instalação de uma
262 rede de Transmissão (CPTE), onde houve várias irregularidades constatadas no
263 licenciamento ambiental (não houve Audiências Públicas, os Comitês não foram
264 consultados, desmatamento, etc...) que de uma forma ou de outra é de interesse do
265 Comitê, e solicita o apoio do CEIVAP, reconhecendo esta Moção, e que a empresa CPTE
266 seja convidada a fazer uma consulta ao CEIVAP; com a palavra o Sr. Eduardo Meohas
267 acatou a sugestão, e aproveitou para se despedir de todos os Membros presentes,
268 agradecendo o apoio, a participação e a colaboração durante seu mandato como
269 Presidente do CEIVAP, destacando que este apoio institucional, e, o esforço de todos, fez
270 com que o CEIVAP fosse reconhecido como uma das 40 (quarenta) Melhores Práticas em
271 Gestão de Recursos Hídricos no Fórum do Habitat, sendo este um reconhecimento
272 internacional; fazendo uso da palavra a Sra. Maria Aparecida representando todos os
273 Membros do CEIVAP, entregou um Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Eduardo
274 Meohas, como homenagem aos seus serviços prestados ao CEIVAP; fazendo uso da
275 palavra o Sr. Miguel Spirito, agradeceu a presença de todos em Muriaé, e em nome do
276 Exmo Sr. Prefeito eleito José Braz parabenizou o Presidente do CEIVAP Sr. Eduardo

277 Meohas pelo brilhante trabalho a frente deste Comitê; como ultimo inscrito, com a
278 palavra o Sr. Edílson de Paula Andrade, parabenizou pelos trabalhos do Presidente do
279 CEIVAP, e, neste momento, falando como cidadão, destacou a importância deste Comitê
280 no cenário Nacional, dizendo que, isto é o suficiente para este Comitê ter o direito de
281 indicar seu representante em todas as Instâncias de Recursos Hídricos do País, citando o
282 caso da renovação de cargos de Diretoria da ANA, apresentou a indicação do Sr. Eduardo
283 Meohas para ocupar um destes cargos, como legítimo representante do Paraíba do Sul,
284 compromissado com a gestão descentralizada, participativa e democrática, o que é
285 importante para a Bacia do Rio Paraíba do Sul, solicitando o apoio de todos ao Sr.
286 Eduardo Meohas; e assim o Sr. Eduardo Meohas Presidente do CEIVAP passou então ao
287 encerramento dos trabalhos, agradeceu a presença de todos os Membros da Plenária e
288 declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Flávio Simões,
289 secretario “ad hoc” e que será assinada pelo Sr. Eduardo Meohas, Presidente do
290 CEIVAP, após sua aprovação.

291
292
293
294
295

296 Eduardo Meohas
297 Presidente do CEIVAP

Juliana Koeppel
Secretário-Executivo do CEIVAP